

Ata de Sessão Ordinária do  
Segundo Período Legislativo da Câmara  
Municipal de Cabo Frio, realizada  
no dia (19) de agosto de agosto do ano  
de (1999) mil novecentos e noventa e  
nove.

Em quinze horas do dia (19) de agosto  
de agosto do ano de (1999) mil novecentos e noventa e nove, sob a Presi-  
dência do Vereador Antônio Vinícius de Amorim e com a presença da Sme-  
ra Juliana "ad hoc" pelo Vereador Manoel Jobim da Silva Filho, reuniram-se  
Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Após isso, responderam  
o chamado regimental os seguintes Vereadores: Guy Silva da Rocha,  
Dito Bessa de Figueiredo, Antônio Carlos de Carvalho Vinícius, Paulo Benedito  
Aracão Filho, Eduardo Brito Lima, Edison Silva Bagalhães, Gustavo Antônio  
Guimarães Branger, Júnior dos Santos Mendes, Maria Auxiliadora  
Lamas Rêgo, Hilton Roberto Pereira de Souza, Amar Sampaio da Silva,  
Gleice Rodrigues Pinto, Valcy Rodrigues da Silva, Waldir Mourão de Aguiar  
Neto e Celmar Monteiro. Fazendo número regimental o Senhor Presidente de-  
clarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. À seguir, após a leitura da  
Ata da Sessão ou melhor da Ata da Quarta Sessão Ordinária do Segundo  
Período Legislativo, arrolando a Ata de Ordem o Vereador Gustavo Antô-  
nio Guimarães Branger fez a seguinte observação: "Gostaria apenas de  
fazer breve registro, porque em duas vezes o "Sustentado" ou "ad hoc" foi  
pelo Sr. Branger Júnior. Quero averiguar que foi um lapsus, mas Junior não  
se inclui no meu nome se foi incluído pois que sobre da Ata o nome  
de Junior meu nome é Gustavo Antônio Guimarães Branger. Acordada  
a Ata de Ordem o Senhor Presidente prosseguindo na divisão dos tri-  
bunais passou em discussão a Ata da Sessão Ordinária Extraordinária  
do Segundo Período Legislativo, tendo sido aprovada por unanimidade,  
assim como a Ata da Quarta Sessão Ordinária do Segundo Período  
Legislativo com a inclusão da assinatura do Vereador Gustavo Branger. À  
seguir, o Senhor Presidente após o cumprimento do voto regimental, soltou

ao Senhor Primeiro Secretário ad hoc a leitura do Expediente que consta do seguinte Projeto de Lei nº 024/99 de autoria do Vereador Antônio Guimarães Branger, assunto: União sobre criação de empregos municipais a todas as empresas que se instalarem no Município de Cabo Frio que comprovadamente criarem no mínimo, 50 empregos diretos, Requerimento nº 104/99 de autoria do Vereador Antônio das Neves Mendes, assunto: Soluto ao Ermo Sr. Prefeito Municipal informando quanto a conclusão do 1º etapa do Projeto Alameda da Praia, Requerimento nº 105/99 de autoria do Vereador Antônio Campos da Silva, assunto: Soluto ao Ermo Sr. Prefeito Municipal relativos dos processos expedidos contra a Prefeitura Municipal de Cabo Frio e seus respectivos vendedores, Indicação nº 113/99 de autoria da Vereadora Renata Avaliadora Ramos Rêonica, assunto: Soluto ao Ermo Sr. Prefeito Municipal obras de saneamento e pavimentação na rua Saurival Forno, no Bairro Jardim Esperança, Indicação nº 114/99 de autoria da Vereadora Renata Avaliadora Ramos Rêonica, assunto: Soluto ao Ermo Sr. Prefeito Municipal obras de saneamento e pavimentação na rua do Forno, no Bairro Jardim Esperança, Indicação nº 116/99 de autoria da Vereadora Renata Avaliadora Ramos Rêonica, assunto: Soluto ao Ermo Sr. Prefeito Municipal obras de saneamento e pavimentação na Travessa Ernesto Rêde, Bairro Jardim Esperança. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente passou a Ordem aos Autores inscritos como primeiro Autor inscrito, cumpriu a ordem, o Vereador Antônio Guimarães Branger, leu o comentário iniciado sobre o projeto de Lei de sua autoria disposto sobre incentivo para criação de empregos no Município. falou a seguir sobre sua participação em 1997, de Comissão Especial disposto sobre apresentação ao Executivo de sugestões com relação ao desemprego, Comissão presidida pelo Vereador Rancal Fabiano da Silva Filho. Ainda sobre o assunto disse que tal Comissão Especial reuniu todos os segmentos representativos da Comunidade e Administração Municipal, e após foi apresentado relatório ao Prefeito com um plano sendo quando diminuir os índices de desemprego em Cabo Frio. Disse que infelizmente tal Comissão estava em dezoito, porque a inadimplência do Município com os impostos federais impedia que a população pudesse obter os cursos que o Governo Federal oferece. Além disso, estava a criação do

M

Banco de dados, grupo de trabalho para analisar a taxa de uso do solo,  
 criação de Hotel Escola, calendário de eventos, e por última criação do  
 Banco do Povo, instrumento difundido em todo o Brasil, inclusive com  
 apoio do Governo Federal. O requerente comentou sobre a situação do desem-  
 prego justificando o pleito de ter de sua autoria dependo sobre a questão,  
 que segundo o Drador poderia gerar enquanto empregos por Empresa  
 instalada. Sobre o Plano de Oportunidade, também sugestão do Drador,  
 disse que no ano de 1999, até aquela data, recebera cerca de três mil  
 e seiscentos solicitações conseguindo colocar apenas noventa e qua-  
 tro empregos. Consequindo fez amplo relato sobre situações de Empresas  
 localizadas em Povo Novo, algumas encerrando atividades, outras redu-  
 zindo de forma drástica o quadro de funcionários o que dava idéia  
 da gravidade da situação, e assim o Poder legislativo não podia ficar  
 omisso. O requerente, o Vereador Gustavo Antônio Guimarães Berenger proce-  
 deu a leitura de texto extraído da imprensa de autoria de Deputado  
 Federal sobre a questão do desemprego e seus desdobramentos sobre  
 o espírito comportamental do ser humano, no que encerrou sua fa-  
 la. O requerente, depois a tribuna o Vereador Adimar Monteiro, disse  
 que ocupava a tribuna para aculmar alguns setores do empresari-  
 nado, sobre sua consulta ao Ministério da Justiça quanto a negativa-  
 ção de nomes no SERASA e SPC disse que de forma alguma não estava  
 incentivando as pessoas a não pagarem seus débitos, mas tinha co-  
 mo objetivo exibir práticas de Bureas instaladas no Município de Povo  
 Novo, negativamente o lidavam com entidades que por certo eram injustas.  
 Fez comentários sobre reportagem, quando economistas abordavam  
 a questão da negociação de dividendos, tendo chegado a conclusão que  
 os juros cobrados impediam que os cidadãos pudessem cumprir sus  
 compromissos, na medida em que a inflação era de um por cento ao  
 mês e os juros cobravam juros que iam até onze por cento ao mês.  
 Sendo ementários sobre a situação econômica do país, estando em  
 de estabelecidos, afirmou que se corria verdadeiramente barbante de con-  
 tra os cidadãos, e assim, sua posição não era defendi inadimplentes  
 mas sim somente da falta política do Município enfocar o certo que era



uma preocupação em toda Nação. Diante de tal quadro disse que se colocava  
 a disposição de todos que se sentissem lesados, colocando a disposição o  
 seu esboço para que fosse o posto. Com relação o questionário dos pre-  
 ços dos combustíveis, assunto que levantara na Câmara e posteriormente e-  
 ncampado também pelo Conselho Municipal, disse que o compromisso de  
 postos em não repassar o último reajuste de preços, fora firmado em pe-  
 ríodo quando ninguém sabia que era intenção do Governo Federal congelar  
 os preços dos combustíveis por um ano. Disse que a tomada de posição  
 da Câmara e do Prefeito, impedira que os preços dos combustíveis alcanças-  
 sem no momento um acúmulo de mais de dez por cento, no que encerrou sua  
 fala. O requer, oupou a tribuna o Vereador Wilton Roberto Pereira de Sá,  
 falando inicialmente sobre matéria divulgada em jornal de circulação lo-  
 cal, quando a PROTAGOS dirigia apelo para que os consumidores pagassem  
 em dia as contas de água, pois se assim a Empresa poderia continuar  
 prestando bons serviços, o que não ocorria na região há mais de vinte  
 anos. Pomentev-se excelente a qualidade da água distribuída pela PRO-  
TAGOS, mas, as contas eram altíssimas, exorbitantes, e assim, embora  
 na como a CESP, cobrando por cálculos que ninguém entendia e esse-  
 ram na sua análise não se pagavam as contas diante de tais fatos  
 relatados. Sugeriu que a PROTAGOS não mais cobrasse por esmaltados,  
 levando em conta o número de dependências de um imóvel, na medida  
 em que era uma prática injusta para com o consumidor. Recebheu  
 que a Associação dos Amigos da rua Brasil entriava com denúnci-  
 a junto a promotoria pública, de que a PROTAGOS estava cobrando de  
 forma indevida o água fornecida, o que clarou a medida praca do  
 problema, chamando a atenção para a Comissão de Defesa do Consumi-  
 dor da Câmara. Disse ainda que segundo a denúncia o volume de  
 água produzida pela PROTAGOS em futuramente era menor do que o valor  
 cobrado do consumidor, ou seja, produzia menos e cobrava mais, no  
 que encerrou sua fala. O requer, oupou a tribuna o Vereador Guilherme  
de Figueiredo, observando inicialmente que os assuntos enfocados pelas tra-  
 duções que o haviam antecedido, realmente engrandeciam a representabi-  
 lidade do bom esboço na Casa que era legítima expressão da soberania

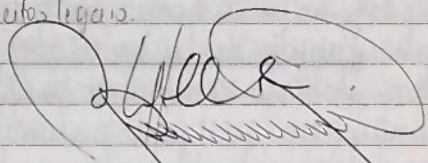
popular. Proximando, reportou-se a sessão do dia dezesseis, terça-feira, quando os Vereadores Epitácio Antônio Guimarães Deranger, Fábio dos Santos Bendi e Omar Campaio da Silva haviam lido comentários sobre a última campanha de vacinação. Disse que o Vereador Omar Campaio até elogiara, neste seu filho ter sido vacunado em circunstâncias diferenciadas. Adiante, disse que o constrangimento e dúvida, fora quando a alusão verbal do Vereador Epitácio Antônio Guimarães Deranger em relação a campanha de vacinação em Jardim Esperança. Proximando, disse que o Orador tão preocupado com as chances do Município, afirmara que apenas dez postos de vacinação haviam sido instalados em Cabo Frio, e ainda que os vacinas não poderiam ser aplicadas em outros dias e que não era verdade. Ainda sobre o assunto, disse que os argumentos mentirosos dos ilustres Vereadores do PDT haviam comoado até os Vereadores que integram a bancada governista, chegando até a votarem favoravelmente em requerimento político cujo objetivo apenas era atrapalhar a Administração Municipal, quando o Prefeito brava o Município da miséria, da sujeira, marcas duradas pelo Governo anterior. A seguir o Vereador Aires Bezerra de Figueiredo relatou quanto as obras realizadas pelo Prefeito Clair Correia e outras medidas que tinham como objetivo ordenar o cidade. Adiante disse que por certo o Prefeito Clair Correia iria responder ao requerimento com muita tranquilidade, na medida em que a verdade estava latente, e também porque não buscava o aplauso fácil dos diversos membros, que confundiam a opinião pública. Em aparte, o Vereador Omar Campaio da Silva, disse que por certo a sujeira a que se referiu o Orador, quanto as dunas, eram os quiosques que haviam sido instalados por autorização do atual Prefeito em sua primeira gestão. Disse em proximando que aplaudia as medidas tomadas pelo Prefeito Clair Correia pelo projeto de urbanização na praia do Forte. Continuando, disse o Vereador Aires Bezerra de Figueiredo que era preferível não ter o Vereador Omar Campaio da Silva soltando o aparte, pois na verdade nada de seria de útil para a questão enfocada em seu discurso. Em relação a campanha de vacinação disse que não era verdade que apenas dez postos haviam sido instalados, e sim vinte e seis em todo o Município, aduzindo que no

dia seguinte mais mil e duzentas doses haviam sido entregadas para fardim Es-  
 perança. Quanto as críticas que consideramos infundadas, reconhecia que a Refor-  
 ma estava tendo problemas com o efetivo de funcionários, o que deveria ser re-  
 gularizado com o concurso e assim, por certo alguns problemas seriam evitados.  
 Com relação ao quadro relatado pelos Vereadores do PDT em Jardim Espe-  
 rança, disse que humana preocupação e zelo deveria induzi-los a apudarem  
 a comunidade, tratando como auxiliares na vacinação o que seria altamen-  
 te mínimo e não apenas se prenderem em críticas que a nada condu-  
 ziam, e não ser o lucro puramente eleitoral. Disse que segundo a Se-  
 cretaria Municipal de Saúde a população americana em massa ao todo de  
 vacinação em Jardim Esperança, motivada pelo chamamento de Governos  
 quanto a responsabilidade de fato, e ainda, o método de vacinação, in-  
 fletível, e mais suas vacinas, o que em favor de dificuldades, na medida  
 em que o procedimento ocupa muito cuidado, as crianças como era nor-  
 mal se rebelaram e atrasaram a conduta. Ainda segundo a Secretaria  
 haviam sido constatados muitos parvoles em atraso e o grande afluxo de  
 crianças provenientes de outros Municípios da região. Relatou a seguir, as  
 múltiplas de vacinação, oral, sub-cutânea, intramuscular, intramuscular  
 na coxa direita, também na coxa esquerda, e ainda, vacina anti-tetâni-  
 ca em mulheres com idade fértil. Disse que diante de tais dados era  
 fácil constatar que o escândalo aludido pelos Vereadores do PDT não  
 era necessário, sendo imperativo que a Bancada do Governo atente-  
 se para documentos que buscam o verdadeiro bem estar da população  
 no que encerra sua fala. Não havendo mais Cradotes insuflados, o Senhor  
 Presidente conduziu os trabalhos para a Ordem do Dia. Nesta etapa, foram  
 aprovadas as seguintes matérias: Aprovado parecer favorável da Comissão  
 de Educação final no Projeto de Lei nº 035/98. Foi rejeitado o Projeto de Lei  
 nº 013/99. Foi encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de  
 Lei nº 024/99. Foram rejeitados com dez votos contrários os seguintes itens: nº  
 104/99 e 105/99. Foram aprovados os Sindicatos nº 113/99, 114/99 e 116/99. Fo-  
 ram aprovada a Ordem do Dia, e Senhor Presidente franqueou a Tribuna para a Be-  
 neditina Fazzari. Depois a Tribuna em explicação pessoal o Vereador Gáudio dos  
 Santos Mendes, registrando de início comentar os sobre o assunto de



na reunião, vetado pelo Plenário, quando solicitava ao Excmo. Sr. nome de  
empregados que haviam realizados os serviços e salários de quaisquer be-  
nefícios pelo comodato, e assim pedia a resposta para o questionamento  
público em sua oportunidade. Com relação ao discurso do que considerava o  
novo líder do Governo disse que havia obtido muitas verdades que a mim  
quão conhecida, afirmando que o Governo Municipal desrespeitava de for-  
ma flagrante o artigo vinte das Disposições Transitórias do seu Organi-  
co, impedindo que cidadãos do município, empregados pudessem partici-  
par do concurso público, sem pagar a taxa de inscrição disse que tal  
comportamento podia mais uma vez desencadear denúncias junto ao Mi-  
nistério Público, no que entrou sua fala. O Sr. juiz, ocupou a Tribuna  
em explicação verbal, o Sr. Vereador Omar Campião da Silva, observando  
involuntariamente que não era a primeira vez em que um requerimento de  
interesse público era vetado pelo Plenário, mas no caso presente via  
colocar observações que julgava importantes. Disse que no exercício de  
1997 o Prefeito anulou cartas de precatórios no Orçamento, e, à época não  
fizera qualquer tipo de pronunciamento, e, em suas reflexões vinha se pre-  
ocupando com o passivo que vinha se acumulando, elucidando estar que  
não queria de forma alguma o atual Prefeito, na medida em que o qua-  
do acaba se formando há muito tempo com precatórios antigos que não  
haviam sido empurrados. Disse que o seu requerimento era apenas pa-  
ra tomar conhecimento do valor do passivo e de forma surpreendente  
a Câmara negara prontamente a sua proposição, e assim pela primei-  
ra vez uma apelação para o Poder Judiciário, tendo certeza de que o seu  
pleito seria atendido sem qualquer dificuldade, pelos argumentos que  
apresentara disse ser importante para avaliação do próximo Orçamento  
das Contas Municipais para que fosse garantido o pleno exercício  
do seu mandato, e, na denúncia inclusive anulou de cartas do ano  
de 1994 o que responsabilizava a mim de responsabilidade, no que entrou  
na fala. O Sr. juiz, ocupou a Tribuna em explicação verbal, o Sr. Vereador  
Abner Farias da Silva Filho, afirmou na reunião outro ofício do Prefei-  
to dirigindo líder do Governo que não fazia o que formalizava e se en-  
deava de líder. Com relação a aprovação do requerimento dispôs sobre impor-

maiores quanto a importância de vacinação, disse que a Bancada do Grupo no entanto não se coarctava formalmente, na medida em que a resposta mesmo não sendo ainda de forma oficial, já da tribuna elevava todas as dúvidas. Prosseguindo, disse que na verdade o Governo não tinha nada a esconder com a vacinação ocorrendo normalmente salvo algumas dificuldades em análide da escassez de pessoal e multiplicidade de vacinacões entre outros detalhes de ordem técnica já esclarecidos naquela sessão. Afirmou que a Bancada do Governo se posicionara de forma inteligente, ante não haver nada a esconder, com relação a outros requerimentos, elosse que haja elara conotação política, embora nada houveresse a esconder, retirou que até o momento chegasse a Casa, o líder do Governo era o Vereador Manoel Roberto da Silva Filho, no que entendeu sua fala. Não havendo mais Oribetes, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E, para constar, mandou que se lavasse a presente Ata, que depois de lida, submeida e Aprobacão Unânime, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.



Ata da Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabofruto realizada no dia vinte e quatro de agosto do ano de mil novecentos e noventa e nove.

As dez e seis horas do dia vinte e quatro de agosto do ano de mil novecentos e noventa e nove, sob a Presidência do Vereador Manoel Trindade Pontes e com a ocupação "ad hoc" pelo Vereador Wilmar Monteiro, reuniram-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabofruto além desses responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores